

Reconstruções semióticas da realidade: reflexões sobre a realidade puramente objetiva de John Deely

Winfried Nöth¹

Resumo: Este artigo apresenta uma avaliação crítica do livro *Realidade Puramente Objetiva* de John Deely. Ele examina os conceitos que Deely adota da escolástica, *ens reale*, *ens rationis*, objetividade, subjetividade, e a divisão do universo em objetos significantes e coisas que não significam nada por si só, bem como através da perspectiva da semiótica de Charles S. Peirce.

Palavras-chave: *Ens reale*. *Ens rationis*. Realidade. Objetividade. Subjetividade. Verdade. Charles S. Peirce.

Semiotic reconstructions of reality: reflections on John Deely's purely objective reality²

Abstract: The paper gives a critical appraisal of John Deely's book *Purely Objective Reality*. It examines the concepts Deely adopts from the Scholastics, *ens reale*, *ens rationis*, subjectivity, objectivity, and the division of the universe into signifying objects and things that do not signify in its own as well as from the perspective of Charles S. Peirce's semiotics.

Keywords: *Ens reale*. *Ens rationis*. Reality. Objectivity. Subjectivity. Truth. Charles S. Peirce.

Realidade Puramente Objetiva é um título ousado senão provocativo para um livro de filosofia do início do séc. XXI. John Deely (2009), seu autor, é um pensador independente e original e um talentoso professor de semiótica e de suas raízes na história da filosofia. Deely não se intimida pelas doutrinas dos modernos que denunciaram a ideia de realidade e, mais ainda, a ideia de uma realidade objetiva como ilusão ingênua. Ele também não se juntou à corrente de realistas do séc. XXI, sob a designação de realismo especulativo, que atualmente se engaja na reabilitação da realidade dos objetos em nome da metafísica (cf. BRYANT 2011, NÖTH 2015). Sua

¹ Winfried Nöth é professor da Pós-Graduação de Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: wnoth@pucsp.br.

² Responsável pela tradução do presente artigo: Carlos Eduardo Pires de Camargo.

ambiciosa intenção é “solucionar o problema da relação subjetividade/objetividade, fornecendo uma indispensável contribuição tanto à semiótica quanto à filosofia” (contracapa). A questão se existe tal coisa como uma “realidade puramente objetiva”, como Deely postula, já foi respondida em outro lugar (RAMIREZ, 2010). Parte da resposta passa por uma redefinição de subjetividade e realidade a fim de justificar a pretensão de Deely.

O enquadramento filosófico dentro do qual Deely desenvolve seu argumento é o da Antiguidade, da Escolástica, e da semiótica Escolástica Tardia. Aristóteles, Tomás de Aquino, Guilherme de Ockham e sobretudo John Poinsett são os seus guias, mas Deely também entra em diálogo com filósofos e semioticistas dos períodos do racionalismo, do iluminismo, do séc. XIX, e do séc. XX. Ele cita Descartes, Kant, Merleau-Ponty, Marx, Peirce, Saussure, Heidegger, Berger e Luckmann, Searle, e Sebeok entre outros.

Dois conceitos retirados do vocabulário dos Escolásticos são fundamentais para a reconstrução da realidade por Deely, *ens reale* e *ens rationis*. Como Deely os define, *ens reale* é um ser real que “existe independentemente do pensamento humano”, enquanto *ens rationis* é um ser racional que “apenas existe em dependência do pensamento humano” (p. 41). O contraste é a chave para o entendimento dos conceitos Escolásticos de *objeto* e *objetividade*, mas para entender o que os medievais tomavam por um *objectum*, é necessário saber como um objeto se difere de uma coisa (*res*). “Uma coisa, *aliquid* ou *res*, existe independentemente de se alguém está ou não ciente de sua existência, e um objeto, *objectum*, não pode ser algo fora ou separado de uma consciência” (p. 15). Um objeto é, assim, um “objeto significado”, como aponta Peirce mais tarde.

Assim, uma vez que ser um objeto significa existir para alguém que o conhece (um conhecedor), ou ser conhecido, o objeto é por definição também um objeto semiótico, e ser objetivo significa ter uma essência semiótica. Da perspectiva da semiótica de Charles S. Peirce, uma entidade semiótica é um signo. Um *objectum* é, portanto, um signo ou uma representação na perspectiva Peirciana na medida em que qualquer “objeto da representação não pode ser senão uma representação da qual a primeira representação é o interpretante” (PEIRCE c. 1895, CP 1.339). Contudo, apesar

do objeto semiótico medieval ser um signo, ele não é inteiramente um objeto de um signo na definição de Peirce, pois a mente medieval divide o universo em objetos semióticos e coisas não-semióticas, o que caracteriza um dualismo que a semiótica de Peirce não admite. Apenas “objetos significados”, e não coisas definidas como entidades não-semióticas, podem ser objetos de signos como definido por Peirce.

A concepção medieval de coisa não-semiótica (*res*) tem suas raízes na semiótica de Agostinho. Em *De doctrina christiana*, sob o título “O que é uma coisa e o que é um signo”, Agostinho escreve, “Eu uso a palavra ‘coisa’ num senso estrito para significar aquilo que nunca é empregado como um signo de outra coisa: por exemplo, madeira, pedra, rebanho ou outras coisas deste tipo” (397: cap. I.2). O dualismo que Agostinho estabelece entre objetos semióticos e coisas não-semióticas contrasta com a convicção de Peirce de que “o universo inteiro está permeado de signos, se é que não seja composto exclusivamente se signos (1906, p. 394).

Se o objeto medieval é um objeto apenas em relação a um conhecedor, quem seria, então, o conhecedor deste objeto? Seria um sujeito? Deely nos informa que não é o caso, pelo menos não primariamente. No seu “Preâmbulo sobre Objetividade”, ele esclarece que o conhecedor não é o sujeito, mas sim a coisa, seja ela conhecido como um objeto ou não, já que “todas as *coisas* têm um ser ou uma constituição subjetiva, que não se importa para o que pensamos ou acreditamos sobre a determinação dos efeitos que um corpo terá ou não terá sobre outro” (p. 9). Apenas porque *todas* as coisas existentes, incluindo seres humanos, são sujeitos, tanto o conhecedor do objeto quanto o próprio objeto são sujeitos, “porque justamente por existir em pensamento, as coisas são, então, [também] aspectos da subjetividade do conhecedor” (p. 42). Um exemplo que ilustra a subjetividade das coisas neste sentido é o seguinte: “É por causa da constituição subjetiva da madeira e do vidro, respectivamente, que um fósforo consegue queimar o primeiro e apenas aquecer o segundo” (p. 9). Assim, uma vez que todos os objetos que são coisas têm, além de sua objetividade, uma subjetividade enquanto coisa, eles são sujeitos (enquanto coisa) e objetos (enquanto seres conhecidos) ao mesmo tempo.

Qualquer teoria da realidade é incompleta se não enfrenta a questão da verdade. Mas como os medievais a concebiam? Deely nos diz que os medievais

adotavam a teoria da correspondência aristotélica da verdade: “A verdade surge quando o modo que se pensa que as coisas são corresponde ao modo como as coisas são” (p. 41-42). Deely fala sobre a confiança dos medievais na realidade e na verdade e a questiona a partir da perspectiva de uma mente pós-moderna: “Mas qual é a base para a possibilidade de correspondência? Justamente por existirem no pensamento, as coisas são, enfim, aspectos da subjetividade do conhecedor” (p. 42). As questões permanecem sem respostas, presumivelmente porque ainda não era uma questão para os medievais.

A presente descrição do fascinante panorama da semiótica medieval de Deely deve permanecer incompleta neste artigo breve. A leitura de Deely em si é intrigante. O autor tem talento didático e literário. No entanto, ocasionalmente, ele é arrebatado por seu próprio entusiasmo e algumas vezes por julgamentos precipitados. Por exemplo, sua observação de que o “conceitualismo nada difere do nominalismo” (p. 39) pode parecer estimulante para os estudiosos iniciantes na semiótica medieval, mas é certamente uma simplificação grosseira, que não faz justiça aos enormes esforços que os filósofos medievais e medievalistas fizeram para elaborar as sutis diferenças entre os dois. Além disso, Deely se perde quando dedica quase um capítulo inteiro a Saussure e ao tema da arbitrariedade do signo (p. 84-109). Saussure foi um mentalista radical e é muito evidente que suas ideias são inteiramente incompatíveis com o realismo medieval, o que o próprio Deely até admite (p. 179).

Deely também é vítima de um julgamento precipitado em sua “Pré-nota terminológica”, onde ele apresenta o termo *ideoscopia* (p. 3-6), apesar de saber que o termo, adotado por Peirce, era *idioscopia*, tal qual introduzido por Bentham. Deely apresenta a grafia com um “e” para “conotar ‘ideias’ ao invés de ‘idiotas’, francamente” (p.5). Infelizmente, esta mudança ortográfica é incompatível com a ética da terminologia e resulta numa etimologia popular. Assim como a palavra *teoria*, a forma –(e)scopia tem as suas raízes num verbo cujo significado é ‘olhar para’. Consequentemente, a forma –scopia refere-se a uma teoria ou ciência. Até aqui tudo certo, mas junto com a forma inicial *ideo-*, uma variante morfológica da raiz grega *idéa*, a criação de Deely significa ‘ciência das ideias’. No entanto, não era isso o que Bentham e Peirce tinham em mente. A composição neoclássica *idioscopia* (com um “i”) começa

com a forma *idio-*, que significa ‘especial’, assim o composto pode designar uma “ciência especial, dependente de observação especial, que uma viagem ou outro tipo de exploração, ou alguma assistência aos sentidos, tanto instrumental ou alcançada por treinamento, junto com diligência extraordinária, colocou ao alcance de seus estudantes” (PEIRCE c. 1902, CP 1.242). Note que a forma grega *idio-*, que literalmente significa ‘próprio, pessoal, privado’, também serve para criar palavras sem qualquer conotação negativa, como *idioma*.

Em comparação com a grande atenção dada a Saussure e a algumas figuras menos importantes da semiótica, Deely infelizmente dedica pouca atenção a Peirce. É verdade que seu livro contém não menos do que 47 referências a Peirce e que ele também dá crédito a “Peirce como o principal pai ou fundador da semiótica como um movimento intelectual pós-moderno [quem] fez avanços decisivos sobre seus predecessores latinos da doutrina dos signos” (p.76). No entanto, Deely fala pouco a respeito do diálogo de Peirce com os medievais e sobre quanto além deles foram as contribuições de Peirce à semiótica da objetividade, realidade, e verdade.

Ens rationis e *ens realis* (o ultimo, geralmente, apenas sob o nome de “o real”) são termos sobre os quais Peirce escreveu, “A velha divisão [é] frequentemente útil” (1870; CP 3.136). No entanto, em contraste aos medievais, a definição de Peirce abandona os critérios de existência (vs. não existência). Ambos as *entia* existem, ele diz em 1887, mesmo que de diferentes maneiras. A existência de um *ens realis* “consiste no fato de que, se construído, implica em nenhuma contradição” (CP 4.176). O que Peirce chama de “existente” em 1887 é, de maneira geral, o “real” em seus escritos mais tardios. Depois da virada do século, Peirce distingue três tipos de realidade, sendo que a existência pertence apenas a um desses tipos, o que Peirce chama de realidade da Secundidade. Os outros dois tipos de realidade são as realidades da Primeiridade e da Terceiridade, respectivamente (cf. MISAK, 1991). A realidade da Primeiridade é a realidade do possível e a realidade da Terceiridade é a realidade das leis, dos hábitos e das regras. Esses dois tipos de realidade, apesar de não serem algo que existisse, são reais, pois tanto quanto a existência, o possível e as leis têm uma influência real sobre a nossa vida. Com esta concepção estendida de realidade, Peirce dissolve a dicotomia

medieval entre *entia rationis* e *entia realis*. *Entia rationis* passam a ser tão real quanto *entia realis*.

O conceito de realidade, nas definições de Peirce, herdou uma característica distintiva da *ens reale* medieval, a saber, independência do pensamento humano (p. 41). Em 1868, Peirce define o real como “independente dos meus e dos seus caprichos” (CP 5.311). Em 1903, ele postula que o real “é como é, independentemente de como imaginamos que ele seja” (1903, CP 7.659). Também em 1877, Peirce define o real como independente de qualquer conhecedor, mas em contraste ao medieval *ens reale*, o real Peirciano não é apenas um *ens*, um modo de ser; ele *age* sobre nossos sentidos. “Existem coisas Reais cujas características são inteiramente independentes de nossas opiniões sobre elas. Esses Reais afetam nossos sentidos de acordo com leis regulares” (1877, CP 5.384). Enquanto a *ens reale* medieval é um sujeito, o real é um agente num sentido sobre o qual Peirce diz, “O real é ativo; nós o reconhecemos, ao chamarmos de *atual*” (não datado, CP 1.325).

Assim como o real não está restrito à Secundidade, também a verdade não se restringe nem à “verdade científica positiva” das ciências naturais (1877, CP 5.384) nem tampouco ao esforço de se atingir a objetividade “agarrando a constituição subjetiva do meio-ambiente físico”, como escreve Deely (p. 11). Além disso, há também as verdades da matemática, estética, ética, lógica e metafísica (CP 1.486, c. 1896), que se preocupam com a realidade da Terceiridade. Ademais, existe a realidade da Primeiridade, aquela das verdades perceptuais que aprendemos da “vida prática” (1901, CP 5.568). Mesmo a visão de uma superfície branca limpa envolve uma verdade perceptual. As mensagens transportadas pelos sentidos são reais e verdadeiras. Devemos aceitá-las já que não temos “absolutamente nenhum [outro] testemunho a respeito delas”. Na medida em que as percepções dos sentidos são incontestáveis, elas são reais. Realidade e verdade neste sentido nos chegam “através das cognições que a história de nossas vidas nos impõe” (1902, CP 2.784).

Deely examina a natureza da sensação e da percepção num enquadramento semiótico expandido pela *Umweltlehre* de Uexküll. De acordo com Uexküll, o organismo perceptivo é uma “contra-estrutura” do objeto da percepção. Deely conclui,

A sensação está 'no' organismo cognitivo, certamente, como uma qualidade e modificação de sua subjetividade. [...] Sensações parcialmente "objetificam" o entorno físico, o meio ambiente [...], não inteiramente mas apenas na medida em que tais entornos se adaptam às partes do corpo do organismo que chamamos de órgãos dos sentidos. O sentidos exteriores do corpo, assim, são seletivos, mas eles não interpretam. [...] Eles permanecem displicentemente desconhecidos de todos aqueles aspectos e energias do ambiente que estão fora do alcance dos órgãos dos sentidos do organismo (DEELY, 2009, p. 62-63).

Para Peirce, também, as impressões dos sentidos não são interpretadas da mesma forma que são os signos, mas por motivos diferentes. Deely e Uexküll consideram o organismo como sujeito, quando descrevem como eles selecionam de seus ambientes um conjunto de estímulos como significativos enquanto permanecem cegos para outros. Peirce considera o agenciamento do ambiente, quando fala da resistência da realidade contra a possibilidade dela ser ignorada pelos sentidos:

Falamos de fatos duros. Queremos que nosso conhecimento se conforme a tais fatos duros. Agora, a 'dureza' dos fatos encontra-se na insistência do percepto, sua insistência irracional completa [...]. Nós podemos não saber nada sobre o percepto, - mas apenas experimentá-lo em sua totalidade, - exceto através do julgamento perceptivo, e isto, da mesma forma, obriga a aceitação sem qualquer razão imputável (PEIRCE, 1903, CP 7.659).

Enquanto Deely argumenta, com Uexküll, que o organismo é biologicamente cego para qualquer coisa que não pode sentir devido à sua *Prägung* (cunhagem) genética, Peirce argumenta que somos cegos devido à necessidade lógica de qualquer outros percepções que não sejam aquelas que realmente sentimos. Enquanto as considerações de Uexküll e Deely são biossemióticas, a de Peirce é a da "lógica considerada como *Semeiotica*' (ou, provavelmente *Semeotica* sem o i;)" (PEIRCE 1908, CP 8.377).

Referências

AUGUSTINE OF HIPPO [AGOSTINHO DE HIPONA]. 397. *De doctrina christiana*. Trad. J.F. Shaw. On Christian Doctrine. In St. Augustine. Confessions..., 619-698. Chicago, IL: Encyclopedia Britannica, 1952.

BRYANT, Levi R. *The Democracy of Objects*. Ann Arbor, MI: Open Humanities Press, 2011.

DEELY, John. *Purely Objective Reality*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

MISAK, Cheryl J. *Truth and the End of Inquiry*. Oxford: Clarendon, 1991.

NÖTH, Winfried. Levi R. Bryant's universe perfused with machines. *Language and Semiotic Studies* 1(2). 113-120, 2015.

PEIRCE, Charles Sanders. 1931-1958. *Collected Papers*, vols. 1-6 (Charles Hartshorne and Paul Weiss, eds.), vols. 7-8 (Arthur W. Burks, Ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press (citado como CP, vol. e parágrafo).

_____. 1868. Grounds of validity of the laws of logic. *Journal of Speculative Philosophy* 2: 193-208. Também em: CP 5.318-357.

_____. 1870. Description of a notation for the logic of relatives. *Memoirs of the American Academy* 9. 317-378. Também em CP 3.45-149.

_____. 1877. The fixation of belief. *Popular Science Monthly* 12. 1-15. Também em CP 5.358-387.

_____. c.1895. *Representation and generality*: a fragment. Em: CP 1.338-339.

_____. c.1896. *The logic of mathematics*: an attempt to develop my categories from within. Em: CP 1.417-520.

_____. 1897. *Multitude and number*. Em CP 4.170-226.

_____. 1902. Probable inference. *Dictionary of Philosophy and Psychology*, vol. 2, 353-355. Em CP 2.783-787.

_____. c.1902. A detailed classification of the sciences, em: *Minute Logic, Draft of a Book*. Em: CP 1.203-283.

_____. 1903. *Telepathy and perception*. Em CP 7.597-688.

_____. 1906. The basis of pragmatism in the normative sciences. Em: *The Essential Peirce*, vol. 2, ed. The Peirce Edition Project. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1998, 371-397.

_____. 1908. *Partial draft of a letter to Lady Welby*, bearing the dates of 24, 25, and 28 December 1908. Em: CP 8.342-279.

_____. s.d. *The varieties of Secondness*. Fragment. Em: CP 1.325.

RAMÍREZ, Nelson. Is there purely objective reality? *Semiotica* 179(1/4): 47–81, 2010.